

Ana Maria Sigal
 Andréa Maris Campos Guerra
 Gabriel Inthicher Binkowski

Realização Bruno Esposito, Gisela Haddad (coordenadora), Ivy Semiguem, Lucas Simões Sessa e Tânia Corghi Veríssimo.

Ana Maria Sigal é psicanalista, cofundadora do Curso de Psicanálise do Instituto Sedes (1976), e do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes de São Paulo (1985). É fundadora e coordenadora do Curso Clínica Psicanalítica: Conflito e Sintoma e representante do Departamento de Psicanálise no Movimento Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras desde 2000. É autora de *O lugar dos pais na psicanálise de crianças* (Escuta, 1997), *Escritos metapsicológicos e clínicos* (Casa do Psicólogo, 2009), organizadora do *Ofício de psicanalista II: por que não regulamentar a psicanálise* (Escuta, 2019), entre outras publicações.

Andréa Maris Campos Guerra é psicanalista e professora no Departamento e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde coordena o Núcleo @PSILACS (Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo). É doutora em Teoria Psicanalítica (UFRJ) com Estudos Aprofundados na Université de Rennes 2 (França), bolsista de Produtividade 2 do CNPq e coordenadora do Projeto Editorial Decolonização e Psicanálise com a Editora n-1. É autora dos livros *Sujeito suposto suspeito: a transferência no sul global* (2022) e *Adolescências em tempos de guerra: modos de pensar, modos de operar* (2024).

Gabriel Inthicher Binkowski é psicanalista e professor no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. É mestre em Clínica Transcultural, doutor em Psicologia pela Université Sorbonne Paris Nord e membro do Laboratório de Psicanálise, Sociedade e Política (PSOPOL). É editor associado da Revista *Psicologia USP*, coordenador da Clínica Psicanalítica Transcultural do Grupo Veredas: Psicanálise e Migração e um dos coordenadores do Relapso – Grupo Interuniversitário de Pesquisa em Religião, Laço Social e Psicanálise.

A psicanálise no divã: formação, (de)formação, transformação

A psicanálise, nascida do divórcio da medicina da época de Freud, desbravou e desbrava permanentemente o terreno da psique, o que tem lhe permitido seguir construindo aportes teóricos e técnicos fecundos, assim como escolas e autores. Assimilada culturalmente, seus tentáculos se estendem às áreas de psiquiatria, psicologia, educação, filosofia, artes etc. e fornecem sistematicamente reflexões sobre o tecido sociocultural, além de uma análise diferenciada da cultura e de seus sujeitos. Para tanto, sempre dependeu de uma comunidade de analistas, responsáveis por manter viva e aprimorar a transmissão de seu discurso.

Se a formação/transmissão em psicanálise segue sendo um processo complexo e multifacetado que se apoia tradicionalmente em três pilares essenciais – o estudo da teoria psicanalítica, a análise pessoal do formador e a supervisão clínica – suas instituições têm sido convocadas a reavaliar suas práticas e fendas, em busca de atualizações que possam responder às novas realidades e demandas da subjetividade humana, e a refletir de forma crítica sobre questões contemporâneas. Uma psicanálise politicamente implicada, *pari passu* não só com o impacto da virtualidade e suas dinâmicas individuais e coletivas, mas principalmente com a pauta de exclusões e inacessibilidade de negros, indígenas e da população LGBTQIAPN+ de seu território.

Há ainda o fantasma da ameaça da regulamentação da psicanálise, tema delicado e controverso, que segue exigindo permanentes fóruns e debates diante de diferentes perspectivas sobre a formação formal e/ou certificação profissional *versus* a burocratização de sua prática. Um tema que ganha consistência ao ser alimentado pelas demandas tecnológicas/digitais do neoliberalismo.

Diante da complexidade desse cenário, a seção Debate da Revista *Percurso* convida nossos debatedores a refletir sobre os rumos da psicanálise.

Ana Maria Sigal

Nenhuma produção que se rege pelo desejo pode ser neutra; estamos sempre implicados, mas é a partir da possibilidade que nos oferece nossa própria análise que podemos nos colocar no lugar de uma escuta mais livre, razão pela qual a análise do analista é por excelência o elemento fundamental na formação.

Interessante a provocação lançada no tema deste Debate, formação, (de)formação, transformação.

Ela pode nos aproximar dos eixos fundamentais de questões contemporâneas no campo analítico. Entendemos que as *transformações* na teoria e na prática são elementos decisivos para manter a psicanálise viva. Laplanche propôs voltar a Freud, o que é diferente de um retorno a Freud. Voltar sobre sua obra para, ao relê-la, continuar a desenvolver aqueles conceitos que, por serem produtos de uma época, não foram considerados. Poder reinventá-la à luz do que os novos laços sociais lhe propõem, revê-la a partir do desenvolvimento das novas concepções que a antropologia, a filosofia e a história, a sociologia e a arte lhe demandam. O neoliberalismo, as questões fundamentais do racismo estrutural denunciado hoje em dia como uma das grandes dívidas que a cultura da branquitude tem com a história, os avanços da cibercultura, a inclusão da diversidade sexual no campo da formação do sujeito psíquico, trazem novas problemáticas, não incluídas nas primeiras formulações por não estarem presentes na época. A psicanálise, como toda ciência, até as ciências duras, é datada do momento de sua produção e, na riqueza dos escritos freudianos, encontramos importantes brechas para que ela possa avançar.

Temos que nos voltar sobre as origens para reencontrar as coerências e as incoerências epistemológicas, voltar para encontrar os elementos recalcados na sua própria produção para empurrar a



temos que nos voltar sobre as origens para reencontrar as coerências e as incoerências epistemológicas, para encontrar os elementos recalcados na própria produção para empurrar a obra

obra, de modo que, ao empurrá-la, seja necessário trabalhar sobre ela. Fazer trabalhar implica reconversar com seus postulados, mas seria impossível conversar com eles se não conhecêssemos profundamente o que eles dizem. Esse é o motivo fundamental para pensar que não é possível ter uma boa formação, profunda e coerente, que não se baseie na leitura da escrita fundamental de quem a concebeu. Daí a importância fundamental de estudar a obra de Freud; ele próprio se considera o fundador deste saber e a ele temos que voltar para fazê-lo crescer e conversar com nossa época. Os grandes autores pós-freudianos conhecem as bases da teoria freudiana e sobre elas trabalham. A resistência a ler Freud porque estaria ultrapassado nos mostra a dificuldade ou uma recusa para pensar nas origens. Acompanhamos as frequentes críticas à teoria de Freud sobre a sexualização da mulher e seu encontro com o feminino. Entendemos que essa teorização deve ser revisitada e revisada para mostrar o erro epistemológico de Freud ao tomar o desenvolvimento psicosssexual do menino como um universal. Isso é produto da sua época, marcada por uma condição patriarcal em que a mulher não tinha lugar, mas esse fato não invalida sua teoria de forma geral, nem permite uma negação em massa da elaboração edípica. Encontramos valiosos elementos se, ao voltarmos à teoria, podemos fazer trabalhar a obra e entender a importância que a teoria do Édipo tem. Essa formulação tem a ver com a entrada de um terceiro que rompe com a simbiose entre o cuidador principal, chame-se mãe ou pai, e a criança, que tem total dependência dessa figura. Sem esse elemento terceiro se produz uma impossibilidade de crescimento sadio. Poderíamos formular assim a proibição edípica: não



*época em que a teoria
foi formulada. Reformulemos
os conceitos à luz de todas
as mudanças derivadas
da passagem do tempo*

ficarás perenemente ligada/o à figura primeira e essa, independentemente do gênero, deve aceitar o corte, ou seja, a separação que confronta tanto o cuidador quanto o bebê com a impossibilidade de ser todo, sem falta e sem fendas. O adulto tem que deixar a criança partir para seu destino. Ele tem que se defrontar com sua incompletude. O Édipo tem um papel fundamental nesse processo. Nas possibilidades que a teoria reconhece que a criança tem para se identificar com pai e mãe, assim como para ter a ambos como objeto de amor, abre-se o caminho para estudarmos as diversidades. O conceito de sexualidade perversa polimorfa, por exemplo, abre grandes caminhos para serem explorados.

As psicanalistas mulheres da época já apontavam para essa dificuldade na teoria; muitas foram esquecidas ou ficaram com um espaço de fala pouco considerado. Podemos entender a formulação sem atribuir importância hierárquica ao falo, e sim tomando-o como um analisador. O falo representa na teoria a instância do poder, que era atribuída ao pai, ou ao masculino, na época em que a teoria foi formulada. Reformulemos os conceitos à luz de todas as mudanças derivadas da passagem do tempo. Assim como pincelamos a ideia de reformulação do percurso da feminilidade, poderíamos exemplificar numerosos postulados que deveriam ser repensados e transformados, sem invalidar a teoria. Outros conceitos deveriam se apresentar como falhas em função de questões não consideradas. Falta à teoria toda uma reconceitualização no que se refere às relações de dominação de gênero, raça, origem, que são construídas e perpetuadas através de pactos não explicitados, elementos negados ou desconsiderados a partir do narcisismo branco que

se supôs como universal. Citando Cida Bento (*O pacto da branquitude*, p. 15), “trata-se de compreender a perspectiva que emerge quando deslocamos o olhar que está sobre os ‘outros’ racializados, os considerados ‘grupos étnicos’ ou os ‘movimentos identitários’, para o centro, onde foi colocado o branco, o ‘universal’, e partir de onde se construiu a noção de raça”, problemas que mudam e crescem no decorrer do tempo. Contextualizar a teoria a partir dessas novas proposições possibilita que a teoria avance. Há em Freud elementos que vão nesse sentido e outros em que Freud não avançou, mas deixam brechas para serem trabalhados. Importantes escritos publicados por analistas do Departamento de Psicanálise do Sedes apresentam diversas saídas para essas dificuldades epistemológicas. No nosso espaço de formação, chamado de curso para enquadrar-se nas exigências da instituição maior, os professores incluem bibliografias que fazem trabalhar a psicanálise com novas aproximações.

Não podemos conceber uma *formação* que não implique *transformações*, mas transformar implica dar novas formas a formas já existentes.

A psicanálise não é só um campo técnico, clínico ou científico, é também um campo político, já que implica o sujeito nos processos de emancipação social de modo crítico. A psicanálise é um processo de desalienação, um encontro do sujeito com a sua verdade. A teoria psicanalítica se refere à construção de ideias e conceitos que se articulam tanto em processos individuais como de socialização, aborda o indivíduo, mas precisa ser revisitada à luz das interseções dos marcadores de classe, território, raça, gênero, sexualidade e outros. As instituições de formação devem formular seus princípios para que aqueles que desejam empreender um percurso por esse ofício possam escolher seus caminhos. A psicanálise se pensa levando em conta as instituições que sustentam sua transmissão. É possível uma formação independente hoje em dia, quando a formação parte às vezes dos lugares clínicos nos quais estamos inseridos, mas o estudo da teoria, a análise pessoal e a clínica supervisionada continuam sendo o tripé que consolida uma formação.

O método psicanalítico imbrica indivíduo e sociedade, e os textos sociais de Freud também nos mostram os processos incipientes do que será a psicologia individual. Política institucional, política na teoria e política na cidadania.

Vamos agora à *(de)formação*.

As mudanças na formação devem ser bem compreendidas, porque facilmente deslizam para uma *(de)formação*, tanto da teoria como da sua forma de transmissão. Neste momento estamos frente a um dos grandes equívocos no processo de formação. Trabalho há 25 anos no Movimento Articulação das entidades psicanalíticas brasileiras, movimento cuja proposta fundamental é a não regulamentação da psicanálise. Partimos da ideia de que a psicanálise não é uma profissão. Não é um aprendizado que se possa cursar numa universidade, nem ter um programa de estudos fixo e estruturado que proporcione uma titulação, partindo do que registram os livros. Simplesmente não existe um título de psicanalista, já que a formação tem como eixo principal a análise do analista: um trabalho árduo, pessoal, único e singular, sustentado na transferência. É no corpo a corpo que se transmite um ofício. Desse modo, qualquer tentativa de regulamentar a psicanálise entraria em contradição com sua própria ética, implicaria aceitar que um tratamento psicanalítico pode ser regulamentado ou que a universidade teria condições de oferecer uma análise. Pensamos que cumprir leis enunciadas externamente – tanto no que se refere à prática clínica quanto à formação – torna esses enunciados vazios, pois eles requerem ser entendidos a partir de um pensamento ético-político interno ao próprio saber. É precisamente sobre a burocratização desses elementos que se apoiam os grupos que desejam lucrar ou se apropriar do prestígio que a psicanálise tem alcançado em mais de 100 anos de prática. Não há lei jurídica de Estado ou uma deontologia profissionalizante elaborada por um conselho profissional que possa dizer sobre como transcorre uma análise ou definir quais as condições necessárias para exercer a prática desde um campo externo ao próprio saber. Pensamos que a psicanálise muito se enriquece enquanto teoria ao



partimos da ideia de que a psicanálise não é uma profissão.

Não é um aprendizado que se possa cursar numa universidade

ser confrontada com outros saberes e que, em diversas formações universitárias, o ensino da psicanálise como teoria se transforma em um elemento valioso, assim como nas pós-graduações em psicanálise se encontram elementos altamente interessantes que se desenvolvem a partir da pesquisa. A psicanálise se enriquece e enriquece outras ciências ou saberes nas suas trocas. Mas devemos diferenciar isso do que seria a formação de um analista.

Existe neste momento o projeto da criação de bacharelados de psicanálise. A partir do Movimento Articulação das entidades psicanalíticas brasileiras temos empreendido uma intensa luta para brevar a implantação dessas *(de)formações* em psicanálise que, na contramão da história, propõem-se a formar analistas, outorgando aos estudantes um título que os habilitaria a serem psicanalistas e exercer a clínica. A maioria desses bacharelados, mais de onze, vários deles tentando sua aprovação pelo MEC, propõem uma formação à distância, pensando que seria possível lançar entre 3.000 a 12.000 psicanalistas por ano ao mercado, emulando sob essa bizarra proposta uma ideia de democratização da psicanálise. Este também seria um passo para propor a oficialização de um conselho regional de psicanalistas, e regulamentá-la como se fosse uma profissão.

Espero, a partir desta comunicação, aportar elementos para este debate tão interessante proposto por essa equipe de trabalho. Transformar: sim. Formar sem formatar também, deformar é a ameaça que nos aparece não como assombração, mas como uma realidade imposta pelo neoliberalismo: a de renovar formas de enriquecer as universidades privadas. Democratizar, sem dúvida, banalizar é outra coisa.



*a presença da psicanálise
na universidade amplia a
clássica restrição da pesquisa
à clínica psicanalítica*

Andréa Maris Campos Guerra
*Impasses cartográficos do campo da formação
psicanalítica no Brasil*

A psicanálise, em sua origem, é uma pragmática, não uma profissão. Ela é uma teoria derivada de uma prática clínica de intervenção sobre o sintoma psíquico, entendido como formação do inconsciente. A psicanálise é um dos poucos campos formais do pensamento contemporâneo cujo universal se descompleta ao se efetivar. Em seu exercício, ela verifica o modo singular de realização da subtração que mostra sua universalidade: a existência do inconsciente e o desejo a ele correlato. Por isso, na formação analítica, a análise é indispensável.

Situada, a psicanálise implica desdobramentos no plano ôntico, plano concreto das relações com lutas internas, regimes de opressão, privilégios e desvios de sua finalidade. Por isso, a permanente atenção ao rigor de sua ética clínica funciona como vetor de composição de sua orientação política. Aqui nosso debate se inicia. Abrirei apenas um flanco ao situar o contexto contemporâneo da psicanálise no território brasileiro.

Recebemos a psicanálise no início do século xx – diretamente da Europa, mas também em vizinhança com países latinos –, com um impacto que a tornou uma teoria clínica, cultural, filosófica e, ao longo do tempo, crítica e política. Com uma forte presença em expansão, organizou-se através de associações e instituições, conhecidas como escolas de psicanálise, dentro de um modelo freudiano clássico de transmissão.

Freud associa de modo indelével o tripé análise pessoal, supervisão e estudo teórico, na base

da formação do futuro psicanalista. Esse modelo é reestruturado em algumas vertentes, como a lacaniana, que inclui o passe e o cartel. E, assim, as escolas de psicanálise se tornaram o espaço oficial de transmissão da psicanálise, de endereçamento formal de uma formação psicanalítica. E isso tem um custo que não é pequeno.

Porém, no Brasil, são autarquias federais que regulamentam o exercício profissional na forma de conselhos, médicos e não médicos – e não as escolas psicanalíticas, que são entidades privadas. Os profissionais precisam ter um diploma universitário para se candidatarem à psicanálise ou estarem na condição de estudantes de graduação.

Nessa altura, é bom lembrar que a presença constante da psicanálise nas disciplinas e estágios obrigatórios nos cursos de psicologia também é uma característica nacional e está regulada pelo código legislativo referente ao ensino superior. Em outros países, a psicanálise se encontra, no mais das vezes, na área de estudos literários ou filosofia, por exemplo, sem incluir a prática. Além do que, a formação clínica acontece apenas após obtido o diploma, aos moldes de uma pós-graduação *lato sensu*.

Assim, se consolida um segundo campo de forças, além das escolas, no âmbito da psicanálise em nosso país de diversidade continental: o universitário. Por isso, mudanças no ensino superior, como as cotas de ação afirmativa nas universidades públicas, impactam as instituições da psicanálise e replicam nelas suas demandas. Assim como as exigências da formação e transmissão psicanalíticas, atinentes às escolas de psicanálise, ressoam e criam controvérsias nas universidades.

Finalmente, a presença da psicanálise na universidade amplia a clássica restrição da pesquisa à clínica psicanalítica, especialmente quando associada a outras disciplinas na pós-graduação. Freud articula investigação, clínica e edificação da teoria, tornando as três atividades indissociáveis para um psicanalista. Uma fortuna crítica do campo assinala a tensão entre psicanálise e ciência, com soluções de encaminhamento não homogêneas. O que dizer, hoje, dos efeitos desse modo de percurso sobre a formação dos futuros

e futuras psicanalistas e dos modos de transmissão da psicanálise?

Praticada além dos consultórios privados no país, a psicanálise ainda incorpora muitos profissionais atuando nas políticas públicas. Ela hoje acontece em dispositivos de clínica ampliada em áreas como Saúde Mental, Hospitalar, Direito, Assistência Social, Socioeducação, Esporte. Com isso, invenções foram autorizadas, teorizadas e incorporadas à psicanálise no Brasil. E esse percurso não tem sido tomado como desvio, mas antes como ampliação ou aplicação dos pressupostos da psicanálise.

Devido à sobredeterminação de vários desses fatores, surgem no Brasil, como reação na esfera política, dezenas de coletivos populares de psicanálise desde 2016. Esse conjunto foi nomeado como “clínicas públicas”, e muitas estão registradas na coleção de zines das clínicas de borda. Modificam a experiência europeia dos entreguerras em 1918 e se instalam sem uniformidade ou coesão interna, cem anos depois e em novo contexto geopolítico de lutas sociais e civis, muitos ligados ao ativismo político.

Introduzem pautas como a incidência do território e a dimensão do capital e do trabalho na clínica psicanalítica, o manejo da transferência numa prática psicanalítica exercida por coletivos ou em *settings* psicanalíticos heterodoxos, distintos do consultório. E trazem reivindicações de diferentes espaços públicos acerca do acesso de pessoas pobres, pessoas negras, pessoas trans, pessoas moradoras de periferias que, igualmente, atingem o campo institucional da psicanálise. Tornam evidente a exclusão do resto socioeconômico de toda operação neoliberal de acumulação de capital e criam relações de múltiplos formatos com as instituições psicanalíticas, as universidades, as políticas públicas e as lutas sociais, tensionando a autoridade dos espaços de formação.

Essa é a cartografia atual do campo brasileiro de formação psicanalítica. Não inclui os efeitos da pandemia de COVID-19, nem a consequente virtualização da cena analítica. E não entrarei na



surgem no Brasil, como reação na esfera política, dezenas de coletivos populares de psicanálise desde 2016.

Esse conjunto foi nomeado como “clínicas públicas”

análise de dois dos desvios brasileiros: a psicanálise ensinada nas igrejas neopentecostais e a criação de cursos de graduação em psicanálise. Apenas os assinalo como descaminhos éticos, políticos e financeiros, referentes à prática do psicanalista, como outros elementos nesse cenário, nada evidente quanto ao seu futuro.

Não pretendi ser exaustiva em relação a sua intrincada estrutura em movimento. Busquei escutar, como numa operação clínica, uma linha do retorno daquilo que foi excluído ou denegado, ganhando forma no tensionamento atual. Como conseguiremos distinguir o que veio para fincar elementos transformadores no interior do corpus psicanalítico?

Nossa época não tem sido gloriosa em compor arranjos e soluções, depois de tantos golpes e fracassos políticos. E nossa geopolítica anda esgotada de só perder de um mesmo lado ao ser devastada. Reimaginarizar composições nos exige deslocamentos de perspectiva para tornar material de análise o que antes era invisibilizado. Descentralizar o poder e suportar múltiplos centros, fortalecer redes e compor diferenças, tomar o múltiplo singular, mas também uma política do comum, pode nos servir de guia.

Para isso, os efeitos da própria análise continuam indispensáveis à formação de psicanalistas. Dado que seu universal inconsciente somente se realiza quando se descompleta em ato clínico-político, é preciso coragem para ceder do próprio gozo na arena institucional da psicanálise, especialmente num tempo de acúmulo predatório como regra. Seremos capazes desse ato histórico? Somente o futuro nos dirá.



*nesse ponto, surge
uma questão central: o desejo
de que a psicanálise continue
existindo, de que seja transmitida
e alcance outras gerações*

Gabriel Inthicher Binkowski

*O que não estamos falando quando discutimos
sobre democratização da formação em psicanálise?*

Nos últimos anos, temos visto um movimento intenso, tanto institucional quanto político, entre grupos de psicanalistas e militantes da psicanálise no Brasil. Esse movimento trouxe à tona debates fundamentais, intervenções importantes e, principalmente, uma inclusão de epistemologias da diferença, de corpos, mentalidades e afetividades que até pouco tempo não tinham espaço na paisagem psicanalítica brasileira.

Essas transformações destacam as condições materiais e simbólicas de intervenção no campo da psicanálise, questionando como ela atua e de que modo pensamos o que é, afinal, uma comunidade de analistas. E, nesse ponto, surge uma questão central: o desejo de que a psicanálise continue existindo, de que seja transmitida e alcance outras gerações. Esse desejo envolve temas como filiação, permanência e reprodução. Mas aqui encontramos uma contradição: a psicanálise, em sua origem, propõe abrir as portas para as manifestações do inconsciente, que são, por natureza, disruptivas e não se prestam à repetição. Um ato falho, por exemplo, não se repete – ele simplesmente acontece.

Pensar a instituição psicanálise, porém, nos obriga a encarar as aporias da repetição, como já apontava Lacan ao analisar o desejo de Freud de fundar uma comunidade de analistas. Freud queria garantir pilares teóricos e técnicos – como a hipótese do inconsciente, a teoria da sexualidade, o Complexo de Édipo, e a estrutura do aparelho psíquico, além do tripé da formação do analista: análise pessoal, supervisão e preparação teórica.

Para Lacan, o problema era que Freud não levou em conta o inconsciente na política institucional, criando uma sociedade que imitava uma Igreja sem fé ou um exército sem pátria.

Ainda assim, há um valor heurístico nas proposições freudianas, que nos permite revisar e criticar suas hipóteses, conceitos e conselhos técnicos. Isso é evidente, por exemplo, na forma como estudos feministas e de gênero retomam seus casos clínicos, ou na influência de suas ideias sobre religião, sociedade, cultura e política. No pós-escrito de *A questão da análise leiga*, Freud revela que não tinha vocação para a medicina, mas encontrou na psicanálise uma metodologia que unia tratamento e descoberta científica, sua verdadeira vocação. O ponto central ali não é negar a prática da psicanálise a médicos, mas sim contestar a ideia de que faltaria algo ao analista que não tivesse essa formação.

Entramos, então, no debate sobre o que é realmente fundamental para a formação de um psicanalista. Esse tema é polêmico e já motivou desde propostas mínimas – análise e supervisão – até dispositivos herméticos como o passe. Muita energia foi gasta pensando em como transmitir a psicanálise, quando estamos deixando de perguntar: o que herdamos na psicanálise? Essa distinção é importante para que continuemos falando de uma psicanálise, e não de várias “psicanálises”. Estar no mesmo campo ético, o do inconsciente, e construir uma experiência clínica, institucional e cultural que permita a mobilidade do desejo parece ser o mínimo para avaliarmos se estamos realmente falando da mesma coisa.

Gabriel Tupinambá propõe que o desejo de psicanálise seja visto como um suplemento impensado, mas essencial ao procedimento analítico. Derrida, ao falar da lógica do suplemento, nos ajuda a romper com a ideia de pureza e originalidade que, muitas vezes, fundamenta argumentos de propriedade e legitimidade sobre a psicanálise. Afinal, como sustentar algo apenas pela pureza da transmissão ou pela garantia dos conceitos?

No Brasil, temos visto intervenções e propostas feitas a partir, desde ou contra a psicanálise.

A partir diz respeito a releituras e reformas vindas de dentro do campo, enquanto desde implica uma apropriação radical, que dispensa direitos adquiridos sobre conceitos ou métodos. As propostas de democratização da formação em psicanálise geralmente se situam nesses dois planos: quando instituições e associações revisam seus autores e epistemologias, tentando descolonizar o campo ou questionar pressupostos sobre dinheiro, valor e trabalho, desarticulando pactos burgueses e capitalistas. Já a intervenção contra a psicanálise denuncia princípios ontológicos como binarismo, patriarcalismo, racismo e elitismo, que estariam presentes desde a origem da psicanálise e em sua manutenção, defendendo um certo modelo de família, existência individualista e referência à heteronormatividade.

Essas perspectivas se unem a iniciativas que, mais do que popularizar a psicanálise em si, tornam possível que ela seja um nome capaz de reunir pessoas para trabalhar e contestar questões materiais essenciais da prática e da transmissão. Passou-se a debater, de forma mais aberta, o alto custo das formações, os preconceitos e obscuridades no encaminhamento de pacientes, a dificuldade de acesso para as classes populares e para grupos diversos em cor, sotaque, gênero e religião.

No entanto, tudo isso já tem sido objeto recorrente de debate, discurso e até de transformação no panorama brasileiro. Em um colóquio recente na França, ao discutir a diversidade de grupos e ofertas de formação para-institucional no Brasil, um colega francês expressou estranhamento: para ele, pensar a psicanálise a partir de cor, gênero ou classe seria antidemocrático, pois partiria de exclusões, não de inclusões.

O que nos perguntamos, então, é: do que não estamos falando quando discutimos a

democratização da psicanálise? Sabemos que condições materiais e discursivas são fundamentais para a democracia, seja na psicanálise, na saúde, na educação ou na circulação da subjetividade na sociedade. Mas parece que estamos deixando de lado a questão do desejo de continuidade ou de transformação da própria psicanálise. Em muitos debates sobre a democratização, nota-se uma ambiguidade em relação à própria psicanálise e ao seu campo conceitual, prático e político.

Às vezes, diante de certas propostas, surge a dúvida: por que insistir em chamar de psicanálise aquilo que se pretende fazer? É evidente que a psicanálise não é ciência ou práxis pura, e depende sempre do diagnóstico do mal-estar de cada época e lugar. Mas atuar como psicanalista pressupõe um certo rigor ético: apostar que a intervenção analítica se dê em transferência, que é parte da metodologia com a qual lidamos com os conceitos organizadores das formas de vida e da constituição do sujeito.

O potencial das transformações democráticas na psicanálise e do que ela pode operar no campo político não deve ignorar nossa ambiguidade em relação à própria psicanálise e às condições prévias da formação. Tentar justificar a psicanálise apenas como uma metodologia ressentida contra instâncias de poder é abrir mão de sua ética em favor de uma certeza que só fará com que o campo seja absorvido pelas polêmicas e circuitos de gozo do nosso tempo.

No fim das contas, falar em democratização da formação em psicanálise é, também, não ter certeza de nada – inclusive reconhecendo que o desejo de transmitir e democratizar a psicanálise pode mobilizar, ao mesmo tempo, o desejo de destruí-la.